

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR PARA TRABALHADORES
ESTUDANTES**

**DISTANCE EDUCATION AND OPEN
UNIVERSITY OF BRAZIL: POLICIES FOR
HIGHER EDUCATION FOR WORKING
STUDENTS**

Carina Elisabeth Maciel*

Andréa Ferreira Marques**

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a educação a distância como política de inclusão na educação superior, identificando elementos que favorecem o acesso e a permanência de alunos que trabalham e estudam, e são considerados trabalhadores estudantes. A pesquisa é desenvolvida por meio de pesquisa documental e bibliográfica. A estrutura apresentada pelos cursos Universidade Aberta do Brasil (UAB) apresenta elementos que, articulados, têm como objetivo favorecer o acesso e a permanência de trabalhadores estudantes nos cursos de educação superior. Concluímos que a estrutura física e humana preconizada pela UAB apresenta elementos que podem favorecer apoio contínuo e sistematizado para os acadêmicos dos cursos de graduação a distância oferecidos pelo sistema em questão.

Palavras-chave: Política de Educação Superior. Educação a Distância. Trabalhador estudante.

Abstract: This article aims to analyze the distance education as a policy of inclusion in higher education, identifying elements that promote access and the permanency of students who work and study, and that are considered student workers. The research is developed through documental and bibliographic research. The structure presented for courses of the Open University of Brazil (UAB) shows elements that, articulated, aim to improve the access and permanence of student workers in higher education courses. We conclude that the physical and human structure recommended by the UAB presents elements that can promote systematic and ongoing support for academics of undergraduate distance courses offered by this form of higher education.

Keywords: Higher Education Policy. Distance Education. Student Worker.

Introdução

A pesquisa constitui parte das atividades para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa “*Políticas de Expansão da Educação Superior, no período 2003-2010, e suas implicações para o acesso e a permanência de estudantes*”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPEs). Consiste em pesquisa que analisa a educação a distância como uma das ações para favorecer a inclusão na educação superior.

O presente artigo tem por objetivo analisar a educação a distância como política de inclusão, identificando elementos que favorecem o acesso e a permanência de alunos considerados trabalhadores estudantes. Para atingir tal objetivo desenvolvemos, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, a análise da política de Educação a Distância (EaD), principalmente documentos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), sistema que financia o curso em questão, bem como determina elementos que constituem a sua estrutura.

Na perspectiva da globalização consideramos a expansão da educação superior como necessária à preparação de mão de obra para o mercado de trabalho, cujas exigências são cada vez maiores, convocando mais pessoas capacitadas, preparadas para as diversas funções necessárias para obtenção de emprego nesse mundo cada vez mais globalizado, legitimando os saberes da classe dominante. Assim, a priorização dos cursos de formação rápida, da flexibilização da educação e do tempo destinado à produção de conhecimentos úteis às empresas destinam à educação uma função mercantilista, o que coincide com o exposto por Mézaros (2005, p. 35):

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só

fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legítima* os interesses dominantes [...].

A expansão da educação superior sofre os impactos da globalização e desenvolve a ampliação das vagas no setor privado, porém o investimento nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas passa a ser implementado a partir do ano de 2007, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e da criação de novas Instituições Federais de Educação Superior (IFES). Tendo o governo federal um discurso de inclusão social, a ênfase nas IES públicas é desenvolvida de forma sutil, mas perceptível. Dentre as estratégias de expansão e de democratização do acesso à educação superior, identificamos a educação a distância como uma modalidade que vem ampliando a oferta da educação superior.

Educação a Distância e Universidade Aberta do Brasil: formação docente para trabalhadores estudantes

A modalidade da EaD é preconizada por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece no Artigo 80º, a possibilidade de uso da modalidade a distância em todos os níveis e mobilidades de ensino: “Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” A regularização da EaD na educação superior é

veiculada por meio da LDB/1996, mas a normatização para oferta dessa modalidade de educação ainda vem sendo discutida e desenvolvida. Segundo Segenreich (2010):

Desde a institucionalização da Educação a Distância (EAD), como integrante do sistema de educação formal no Brasil, pela Lei n. 9.394 que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/1996, esta modalidade de ensino vem ocupando um espaço crescente na educação superior. As primeiras diretrizes da LDBEN/96, como o próprio nome indica, somente abriram as possibilidades de oferta dessa modalidade de ensino, deixando o detalhamento das normas de credenciamento, supervisão e avaliação para uma fase posterior. (SEGENREICH, 2010, p. 1).

A normatização da EaD no Brasil tem sua maior ênfase no setor público por meio da aprovação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) no ano de 2005, instituída pelo Decreto n. 5.800/2005.

O sistema UAB foi criado com o objetivo de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior públicos, a distância, oferecendo, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica, que segundo Decreto n. 5.800/06, art. 1º e inciso I tem como objetivo “[...] oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica.” (BRASIL, 2006). A oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de educação superior, em articulação com polos de apoio presencial, nos municípios, representa uma tentativa de romper com os programas de formação a distância, de curta duração. Ao mesmo tempo, a educação a distância, representa uma estratégia para expansão

da educação superior pública e para ampliar o acesso de estudantes trabalhadores a esse nível de ensino.

De acordo com o Decreto n. 5.800/06, artigo 1º e inciso II, o sistema UAB tem como objetivo “[...] oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e **trabalhadores em educação básica** dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (BRASIL, 2006, grifos nossos). Com a formação dos professores no exercício da educação básica, estes poderão exercer sua profissão com um conhecimento intelectual desenvolvido durante este processo, e atuação do setor pedagógico escolar. Tal condição visa atingir dois dos objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001: “A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública.” (PNE, 2001, p. 2). A EaD é apresentada como uma das possibilidades de expansão da educação superior.

Com a mudança de postura do Estado, no sentido de adotar a EAD como estratégia central de expansão da educação superior e formação do magistério, pressionado pelas metas estabelecidas pelo PNE/2001, ele passou da simples elaboração do texto político à criação de programas a serem colocados em prática sob sua supervisão direta como a UAB e o Plano Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Um aspecto positivo desta nova linha de atuação tem sido a discussão dos referências de qualidade dos cursos a distância e a montagem de instrumento específicos de avaliação externa da EAD nas instituições de ensino superior. (SEGENREICH, 2010, p. 14).

A UAB determina como alunos a serem atendidos por essa modalidade de educação, também, professores que atuam na educação básica sem a formação acadêmica específica da área em que

atuam. Com base nesse princípio, parte significativa dos alunos dos cursos de licenciatura da UAB é trabalhador estudante, uma vez que estudam e continuam trabalhando.

Diferentes denominações são dadas aos estudantes que trabalham e estudam ao mesmo tempo. Terribili Filho (2007) apresenta parte dessa discussão ao analisar estudantes que trabalham e estudam no período noturno:

[...] o **‘estudante em tempo integral’** é aquele que pode se dedicar exclusivamente aos estudos, seja aluno do período diurno, integral ou noturno, pois é mantido economicamente pela família. O **‘estudante-trabalhador’** é aquele estudante que trabalha, porém continua sendo parcialmente mantido economicamente pela família, não havendo grande envolvimento com seu emprego ou atividade, pois seu futuro profissional seria planejado a partir da qualificação obtida no curso superior. Finalmente, segundo a autora, o **‘trabalhador-estudante’** não tem dependência financeira alguma com a família, mas pelo contrário, pode até contribuir com o orçamento familiar doméstico; em geral, a família não dispõe de recursos para mantê-lo, ou então, não considera importante a formação superior do membro da família. Assim, para o trabalhador-estudante, estudar é uma decisão pessoal, baseada em seus valores, aspirações e recursos financeiros, embora, em alguns casos possa ter um incentivo familiar. Para o trabalhador-estudante, sua atividade profissional é muito importante, e o estudo, uma contingência na medida em que pode contribuir com sua melhoria profissional e financeira. (TERRIBILI FILHO, 2007, p. 48, grifos nossos).

O aluno dos cursos de EaD, principalmente os que estudam em cursos de licenciatura da UAB, são professores que já atuam na educação básica e muitas vezes são responsáveis por parte (ou toda) renda familiar. Assim são identificados como **trabalhadores**

estudantes, conforme definição apresentada na citação de Terribili. No presente trabalho utilizaremos o termo em questão com base nas análises tecidas acima.

Sobre a temática, outro enfoque importante é a constituição da subjetividade desses sujeitos, principalmente com relação à idade e aos aspectos econômicos que definem o trabalhador estudante:

[...] com relação à idade é curioso observar que o estudante-trabalhador, geralmente ingressou no mundo do trabalho na adolescência, muitas vezes ficou anos sem voltar aos bancos escolares, pois foi obrigado a priorizar o trabalho para custear a sobrevivência familiar. Desse modo, ao ingressar no processo produtivo em idade mais precoce que a dos jovens de camadas sociais mais privilegiadas do ponto de vista econômico, esse estudante não passou pela crise da adolescência, pois o trabalho o transforma em pessoa adulta ao considerá-lo como um trabalhador qualquer, assumindo todas as responsabilidades inerentes a essa condição. (BITTAR, 2006, p. 201).

Tendo em vista as especificidades dos acadêmicos alvos dos cursos da UAB que trabalham e estudam, o sistema em questão desenvolveu normatizações que destinam às universidades e aos municípios com polos de apoio presenciais aspectos que favoreçam o estudos deste grupo. Além disso, o sistema UAB é parte das políticas denominadas como inclusivas, tendo em vista que têm como objetivo favorecer o acesso de trabalhadores à educação superior, condição que preconiza ampliação de conhecimentos específicos, bem como melhoria de suas condições concretas de vida.

As políticas de inclusão têm como objetivo favorecer o acesso e a permanência na educação superior e consistem em documen-

tos e leis que normatizam, orientam e regulamentam esse nível de educação. De acordo com Almeida (2009), o discurso de inclusão tem como objetivo a minimização das fraturas sociais, mantendo o sistema capitalista, ao mesmo tempo que atende necessidades imediatas de grupos considerados excluídos. É possível identificar que nas IES públicas muitos dos programas publicados têm como objetivo o desenvolvimento de políticas focais como a Política de Cotas, o Programa Incluir, Prolind, entre outros. Entretanto o sistema UAB se configura como política universal, uma vez que não prioriza sujeitos de grupos considerados excluídos, mesmo privilegiando a formação de professores da educação básica. Assim, o sistema UAB não é uma política focal, mas é identificada como uma política de inclusão, tendo em vista que favorece o acesso e a permanência de estudantes na educação superior.

A inclusão na educação superior é mencionada e descrita como necessária à diminuição das desigualdades. Isso deve ocorrer sem perda de qualidade, sempre relacionada às políticas de ação afirmativa, destinadas a grupos específicos. O respeito à diversidade é uma das características dos programas do governo Lula e se estende aos programas específicos da educação superior. A educação superior é apontada como estratégia para desenvolver melhores condições sociais, não apenas diplomando estudantes para o mercado de trabalho, mas oferecendo-lhes educação de qualidade. (BITTAR; MACIEL, 2011, p. 154).

Por meio da oferta de cursos de graduação, principalmente de cursos de licenciatura, a EaD é uma das estratégias para atingir sujeitos que trabalham e que não poderiam matricular-se em cursos noturno, tendo em vista sua jornada de trabalho e a não oferta de educação pública em municípios do interior.

No artigo 2º do Decreto 5.800/06 fica explícito que o sistema UAB “[...] cumprirá suas finalidades e objetivos sócio-educacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com polos de apoio presencial.” (BRASIL, 2006). Assim, o Sistema UAB que foi criado para expandir a Universidade pública e gratuita, principalmente por meio da interiorização, criando polos nos municípios, pois estes em sua maioria são carentes de instituições de nível superior ou seus cursos não são suficientes para atender a demanda dos profissionais da educação básica.

As parcerias se concretizam no sentido de ser oferecido espaço físico para a constituição de polos de apoio presencial com recursos de infraestrutura e humanos sob a responsabilidade do Estado ou dos municípios. Delega-se, pois, a terceiros parte da responsabilidade pela oferta da EaD.

§ 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se o polo de apoio presencial como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior. § 2º Os polos de apoio presencial deverão dispor de infraestrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas do Sistema UAB. (BRASIL, 2006).

Tal iniciativa destina aos municípios a responsabilidade pela infra estrutura dos polos de apoio presenciais, e ao MEC a responsabilidade pela avaliação das condições de funcionamento dos mesmos, bem como financiamento por meio de bolsas para professores, diárias e passagens e recursos para aquisição de material

permanente e de consumo, conforme consta no Decreto 5.800/06 no Art. 7º “O Ministério da Educação coordenará a implantação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação dos cursos do Sistema UAB.” (BRASIL,2006)

A mediação didático-pedagógico nos processos de ensino e aprendizagem na Educação a distância são dispostos no Decreto n. 5.622/2005, no artigo 1º enfatizando o uso das tecnologias como meio para desenvolver tal processo:

Para fins deste Decreto, caracteriza-se a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005).

Os diferentes meios de comunicação e as tecnologias de informação e comunicação foram incorporados como suporte às propostas pedagógicas, tais como: ambiente virtual, impressos, rádio, televisão e internet, promovendo uma flexibilização do espaço e do tempo que permitam desenvolver formação acadêmica dos alunos, respeitando a organização de tempo e espaço destes. Tal organização permite que o trabalhador estudante organize seu tempo de estudo em períodos disponíveis para tal. Entretanto, existem encontros presenciais com tutores e/ou professores em momentos agendados anteriormente, geralmente, finais de semana. As demais atividades disponibilizadas no ambiente virtual, ou por outro recurso tecnológico, favorece que o trabalhador estudante desenvolva as atividades acadêmicas de acordo com suas possibilidades concretas, concatenando trabalho e estudo em suas atividades cotidianas.

A Educação Superior a Distância é desenvolvida numa estrutura que organizada com o objetivo de subsidiar o trabalhador estudante, tendo em vista que o mesmo não frequenta aulas presenciais todos os dias da semana e que o mesmo precisa se organizar para realizar seus estudos. Para isso vários sujeitos são necessários no desenvolvimento do processo, uma vez que este deverá direcionar as ações acadêmicas destes alunos.

Segundo Lopes, Lisniewski e Jesus (2012), a estrutura de um curso a distância é um dos elementos fundamentais para que os acadêmicos desenvolvam um sentimento de pertencimento à IES que o oferece.

Esta interação no Curso possibilita o fortalecimento do vínculo e o sentimento de pertencimento a este coletivo. Os alunos parecem apontar que o papel da instituição para viabilizar as condições para que esta interação ocorra de forma mais orgânica. Este vínculo entre os alunos que fortalece um senso de comunidade foi o aspecto mais relevante neste item e aponta para a necessidade de fortalecer as condições para que esta interação seja mais intensificada no cotidiano do Curso. (LOPES; LISNIEWSKI; JESUS, 2012, p. 13).

No que se refere a infraestrutura com relação aos recursos humanos disponíveis, a função de cada um destes sujeitos tem como objetivo subsidiar as atividades pedagógicas dos trabalhadores estudantes que frequentam o curso de educação a distância da UAB, com objetivo de favorecer a permanência destes nos respectivos cursos

Quadro 1 – Estrutura e função dos profissionais para oferta de cursos a distância/UAB

DEFINIÇÃO	
Polo de Apoio Presencial	É um espaço físico para execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativa de cursos a distância. Deve contar com uma equipe capacitada para atender os estudantes em suas necessidades.
Professor Conteudista	Autor do conteúdo de uma disciplina do curso, responsável por elaborar, publicar e atualizar o material virtual da mesma, bem como, apoiar, orientar e coordenar o trabalho dos tutores e dos alunos.
Tutoria a Distância	Atua a partir da instituição, mediando os processos pedagógicos junto aos discentes e referenciados aos polos de apoio presencial.
Tutor Presencial	Atende os discentes no polos, orienta, individualmente ou em grupos, em horários pré-estabelecidos.
Coordenador do Polo de Apoio Presencial	É o principal responsável pelo bom funcionamento dos processos administrativos e pedagógicos, que se desenvolvem na unidade.
Secretaria de Polo e Sala de Tutoria	A secretaria deve concentrar toda logística de administração acadêmica e operacional do polo, enquanto que os espaços para tutoria devem contar com salas apropriadas.
Biblioteca	A Biblioteca dos polos deve possuir acervo atualizado e compatível com as disciplinas dos cursos. O material oferecido deve ser disponibilizado em diferentes mídias.
Laboratório de Informática	Pode ser composto de mais de uma unidade. Precisa estar equipado de forma que permita a interação do discente com outros discentes, docentes, coordenador do curso e com os responsáveis pelo sistema de gerenciamento acadêmico e administrativo do Curso.

Fonte: elaborado a partir de: <[HTTP://portal.mec.gov.br/seed](http://portal.mec.gov.br/seed)> (2013).

Os elementos que constituem a oferta de cursos a distância têm como princípio articulador o acompanhamento das atividades desenvolvidas no ambiente virtual e no polo de apoio presencial. O polo de apoio presencial é um espaço onde a estrutura física permita que alunos se reúnam em salas de aula e em laboratórios com computadores e internet, com o objetivo de acompanhar web aulas, vídeo aulas, acessar a internet, com o apoio de profissionais que lhe possibilitem tal acesso.

Entre os elementos destacam-se laboratórios de informática com conexão Internet banda larga, biblioteca, laboratórios pedagógicos para disciplinas experimentais, salas de coordenação, salas de tutoria, espaço para atividades de conferência-web, entre outros. Os pólos, além de terem de apresentar uma infra-estrutura mínima para o funcionamento, eles são selecionados com a observância à necessidade de uma distribuição geográfica sustentável, de acordo com a realidade e a demanda regional. (SEGENREICH, 2010, p. 12).

Um dos profissionais que favorecem a intervenção pedagógica no polo de apoio presencial é o tutor presencial. Esse profissional atua de forma sistemática e acompanha o processo de ensino e aprendizagem dos acadêmicos no decorrer de todo o curso. Este contribui para que os alunos não evadam do curso, desenvolvendo atividades de estudo em grupo ou individual, orienta sobre a utilização das tecnologias de informação, principalmente sobre a utilização do ambiente virtual.

O tutor a distância tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento acadêmico, sanar dúvidas, discutir e debater a respeito do conteúdo das atividades desenvolvidas no decorrer do curso. Esse profissional precisa ter formação na área e especialização,

tendo em vista a natureza de sua atuação. Os mesmos recebem capacitação em todas as disciplinas.

A formação em serviço dos tutores a distância é de responsabilidade do professor formador que explica sobre o conteúdo teórico de cada disciplina, orienta sobre como os tutores a distância deverão corrigir as atividades e apresenta um gabarito relacionado ao que se espera do desenvolvimento dos acadêmicos nas discussões nos fóruns. O tutor a distância pode atuar como professor formador de acordo com a organização de cada curso, em alguns cursos não existe a figura do professor formador, sendo destinada ao tutor a distância tal função. Nesse caso, a formação dos tutores é realizada pelo professor conteudista.

O professor conteudista elabora os fascículos e desenvolve, com o professor formador, a formação em serviço dos tutores. Esse profissional deve ter formação específica na área, com mestrado ou doutorado, uma vez que é o responsável pela organização do conteúdo teórico a ser desenvolvido nas disciplinas do curso.

O coordenador de tutores é um profissional que fica na Instituição de Educação Superior (IES) responsável pela oferta do curso em questão. Esse profissional coordena a atividade dos tutores presenciais e a distância, realiza as postagens no ambiente moodle e organiza as atividades realizadas pelos acadêmicos.

As IES contam com equipe de profissionais com formação para utilizarem e orientarem sobre a utilização das tecnologias de comunicação, tendo em vista que o ambiente virtual é um dos principais meios para desenvolver o ensino e a aprendizagem na educação a distância.

Talvez alertado para os problemas que vinham sendo apontados em relação ao funcionamento dos pólos de apoio

presencial na rede privada de educação a distância, especial atenção foi dada pelo MEC à definição dos requisitos básicos para a implantação de um pólo pelos municípios. É feita uma chamada pública (edital) para proponentes de pólos de apoio presencial, que devem ter como sede um município e as propostas devem ser encaminhadas pelo Chefe do Executivo ou pelo Governador do Estado. (SEGENREICH, 2010, p. 12).

O trabalho conjunto dos profissionais que atuam na educação a distância é fundamental para que os trabalhadores estudantes consigam organizar seu tempo e desenvolverem as atividades propostas pelo curso. A atuação dos tutores a distância, no que se refere ao acompanhamento no desenvolvimento do conteúdo das disciplinas, é determinante para que estes alunos tenham a possibilidade de tirar dúvidas e trocar informações sobre aspectos que não entenderam.

Considerações finais

O acompanhamento dos tutores presenciais também é identificado como uma estratégia de permanência, uma vez que esses profissionais intervêm no que se refere às dificuldades de acesso às tecnologias de informação. A utilização de computadores, acesso à internet, impressoras, e todos os recursos utilizados em um curso a distância é mediado por esses profissionais. Alguns dos trabalhadores estudantes não sabem sequer ligar um computador, outros não têm acesso à internet, a não ser no polo de apoio presencial. Essas condições interferem no acesso a educação destes sujeitos e a prática desenvolvida pelos tutores presenciais permite

que tais estudantes consigam desenvolver, gradualmente, autonomia no desenvolvimento das atividades realizadas no ambiente virtual de aprendizagem.

Tendo em vista as condições concretas dos trabalhadores estudantes, sem a estrutura prevista nos cursos EaD/UAB, estes não teriam condições de acesso à educação, seja pela inexistência de IES públicas em muitos dos municípios do interior, seja pela dificuldade de acesso aos meios de comunicação como computadores, internet e outros que exigem determinado poder econômico de quem os adquire, ou seja pelas dificuldades de conhecimento para acesso a esses meios.

A educação é um direito de todos, garantido na Constituição Federal de 1988; as políticas de inclusão têm por objetivo ampliar o acesso à educação. Assim, a EaD, por meio dos cursos financiados pela UAB e oferecidos pelas IES federais, consistem em uma das possibilidades de acesso à educação para trabalhadores estudantes que, sem a estrutura oferecida por esse sistema, não conseguiria permanecer nos respectivos cursos.

As dificuldades permanecem, tendo em vista que o sistema econômico que gera tal condição não é alterado, entretanto, por meio do conhecimento sistematizado, oferecido pelos cursos EaD/UAB, trabalhadores estudantes tem a possibilidade de melhorar suas condições concretas de vida. Concluímos que a estrutura física e humana preconizada pela UAB apresenta elementos que podem favorecer apoio contínuo e sistematizado para os acadêmicos dos cursos de graduação a distância oferecidos pelo sistema em questão.

Referências

ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de. Discurso de inclusão e política educacional: uma palavra, diferentes sentidos. **InterMeio**: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 15, n. 30, p. 32-54, jul./dez. 2009.

BITTAR, Mariluce. Educação Inclusiva – Estudante-Trabalhador/ Cursos Noturnos. In: Enciclopédia de Pedagogia Universitária – Glossário. 2. ed. INEP/RIES, 2006.

_____. MACIEL, Carina Elisabeth. Políticas de Inclusão na Educação Superior no governo de Luiz Inácio Lula da Silva – o enfoque nas relações étnico-raciais. In: SISS, Ahyas; MONTEIRO, Aloísio Jorge de Jesus (Orgs.). Educação e etnicidade: diálogos e ressignificações. Rio de Janeiro: Quarter: Leafro, 2011.

BRASIL. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto5622.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2013.

_____. Decreto 5.800, de 06 de julho de 2006. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em: 8 mar. 2013:

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **DECRETO FEDERAL Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

_____. Lei de diretrizes e bases. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/vescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2013.

LOPES, Ruth Gonçalves de Faria; LISNIEWSKI, Simone Aparecida; JESUS, Girlene Ribeiro de. Políticas públicas de educação superior a distância: um estudo preliminar das causas de evasão em curso de

pedagogia a distância oferecido no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. In: **35ª Reunião anual da ANPEd**, 2012. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/35/GT11-2385_int.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

PNE – Plano Nacional de Educação. Plano Nacional de Educação. Brasília: Senado Federal; Unesco, 2001.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. Relação estado e sociedade na oferta e regulação da graduação a distância no Brasil: da periferia ao centro das políticas públicas. In: **ANPAE**, 2010. Disponível em: <<http://www.anpaene2010.org/trabalhos-aceitos.html>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

TERRIBILI FILHO, Armando. Ensino superior noturno no Brasil: estudar para trabalhar ou trabalhar para estudar? **Odiseo**: Revista electrónica de pedagogía. México, v 4, n. 7, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.odiseo.com.mx/2006/07/terribili_ensino.htm>. Acesso em: 11 abr. 2013.

Notas

* Professora doutora em Educação pela UFMS. Vice-coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPES). E-mail: <carina22em@yahoo.com.br>.

** Acadêmica do curso de Pedagogia da UFMS. Integrante do GEPPES. E-mail: <andreairei@hotmail.com>.